

Sem-terra ameaçam invadir área ecológica em MT

Cristalino é reserva única de biodiversidade e já é ameaçado pela ação de grileiros e madeireiros

LIANA JOHN

CAMPINAS – O Parque Estadual do Cristalino – área de conservação de 184.900 hectares, recordista em biodiversidade da região amazônica – está prestes a ser invadido por um grupo de sem-terra. O número de pessoas acampadas no limite do parque ainda não foi confirmado pelas autoridades, mas estaria entre cem e mil pessoas. O Cristalino fica no norte de Mato Grosso, na divisa com o Estado do Pará.

Criado em 1998 e ampliado em 2000, o parque protege cinco ecossistemas intactos e abriga pelo menos 515 espécies de aves, das quais 50 exclusivas da área, 43 espécies de répteis, 29 de anfíbios, 36 de mamíferos e 16 de peixes.

“Há pessoas – grileiros e autoridades municipais – interessadas na revisão dos limites do parque, usando

os sem-terra para criar uma situação de conflito”, diz Gilney Viana, secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e autor da lei de criação do parque, enquanto deputado de Mato Grosso. “É inaceitável. O Cristalino é uma unidade de conservação importante e não vamos concordar, de jeito nenhum, com sua ocupação ou com a exploração ilegal de seus recursos.”

No segundo semestre de 2002, o governo estadual tentou alterar os limites do parque para acomodar alguns fazendeiros, que abriram áreas de cultivo dentro da unidade de conservação, alegando que a ocupa-

ção era antiga. Pelo menos 3 mil hectares de mata foram derrubados só no ano passado, totalizando 18.900 hectares com vegetação alterada ou 10,2% do parque. A mudança na delimitação gerou dúvidas quanto à propriedade das terras – se seriam da União, do Estado ou dos fazendeiros –, dando origem a uma ação na Justiça Federal.

Sub judice – Tanto o parque como a área contígua, conhecida como Gleba Divisa, onde estão os sem-terra, estão sub judice desde então, embora uma primeira liminar tenha considerado as terras da União. Em novembro, uma sentença determinou o seqüestro de toda a área, indicando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como fiel depositário e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) responsável pela fiscalização.

“Devido à mudança de governo, o Ibama só começou a agir há pouco mais de um mês, com uma investigação para saber quem lidera o movimento e

quem está implicado, além de avaliar a degradação”, explica Flávio Montiel, diretor de fiscalização do órgão federal. “Há duas semanas iniciamos a ação propriamente dita: há 5 áreas de extração de madeira dentro do parque, onde foram apreendidos 9 caminhões de toras, as máquinas e preso o empreiteiro responsável.” O helicóptero do Ibama chegou a ser alvejado durante uma das fiscalizações.

“Dos sem-terra, obtivemos a informação de que eles se deslocaram para lá com a promessa de obter lotes em troca da mudança do título de eleitor para o município de Novo Mundo.”, acrescenta Montiel.



Praça de pedágio invadida em São Luiz do Puruna: protesto para reduzir pedágio e proibir transgênicos

Protesto do MST fecha pedágios no Paraná

Movimento teve, ainda, a participação da entidade Terra de Direitos e sindicalistas

EVANDRO FADEL

CURITIBA – Pelo menos oito praças de pedágio do Paraná foram tomadas ontem por integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), da organização Terra de Direitos e por sindicalistas. Eles montaram acampamentos, onde passaram a noite.

O objetivo foi pressionar pela votação de um projeto pelo qual o governo reassume a administração do sistema – aprovado no início da noite pela Assembleia Legislativa –, e forçar a apreciação de outro que proíbe a plantação e comercialização de transgênicos no Estado. De acordo com a coordena-

ção estadual do MST, foram mobilizadas 3,5 mil pessoas. As concessionárias Viapar e Rodonorte informaram que em algumas praças todas as comunicações ficaram comprometidas e equipamentos, danificados.

Dezenas de caminhoneiros se uniram ao protesto e ocuparam as ruas do Centro Cívico, em Curitiba. Eles acreditam que o projeto de encampação do pedágio pelo governo estadual poderá baixar em até 61% o valor da tarifa cobrada hoje.

Marcha – Os produtores da zona sul do Rio Grande do Sul decidiram ontem responder à marcha do Movimento dos Sem-Terra (MST), que caminham de Pântano Grande para São Gabriel, com outra marcha, no sentido contrário. A concentração está marcada para quinta-feira. O presidente do Sindicato Rural do município,

José Francisco Costa, não informa a data de início do deslocamento, que será feito em caminhões e máquinas agrícolas.

A decisão acirra ainda mais os ânimos nessa região gaúcha. Uma audiência convocada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa não foi capaz, ontem, de apaziguar as partes.

Recurso – Em Belo Horizonte, o advogado dos herdeiros da Fazenda Norte América, Eustáquio Cruzó Loures, disse que deverá entrar hoje com um pedido de reintegração de posse.

A propriedade, localizada no município de Capitão Enéas, foi invadida na última sexta-feira por 600 integrantes do MST. Um dos herdeiros acusou os sem-terra de depredarem a propriedade e matarem dois bois. (Colaboraram Elder Ogliairi e Eduardo Kattah)

Famílias ocupam área próxima de centro de pesquisa

BRÁS HENRIQUE

COLINA – Cerca de 320 famílias de sem-terra voltaram a invadir ontem uma área no município de Colina, na região de Ribeirão Preto, interior do Estado. A propriedade fica na mesma estrada vicinal onde está a Estação Experimental de Zootecnia – propriedade pertencente ao governo do Estado que foi invadida no dia 7 e desocupada dia 11, após liminar judicial.

Os sem-terra afirmam que a área ocupada ontem é do Estado e está sendo usada indevidamente por particulares há vários anos, enquanto a Procuradoria-Geral do Estado, em Ribeirão Preto, alega que ainda está verificando as documentações.

Enquanto permanece a dúvida sobre quem é dono das terras, a Polícia Militar não tem o que fazer.

“Temos certeza de que a área é do Estado e que foi grilada há mais de dez anos”, afirma um dos coordenadores dos sem-terra, Francisco das Chagas Costa.

“A área é do Estado, mas teria sido doada para uma instituição filantrópica há cerca de dez anos”, retruca o diretor da Estação Experimental, Flávio Dutra Resende. “Mas não tenho informação precisa e estou aguardando uma confirmação.”

Segundo Resende, ele não possui cópias do *Diário Oficial do Estado* da época, com a possível publicação da doação. “Não posso solicitar um procedimento (a retirada dos sem-terra) à Procuradoria-Geral do Estado se não tiver uma ação legal.”